

QUANDO AMANHECEU NOSSA IMPRENSA

Justo é que, como homenagem, recorde-se ao contar o aparecimento do primeiro jornal na cidade de Campinas, antiga Vila de São Carlos, a figura de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bôadela, quando em 1736 havia sido criada na cidade de São

Sebastião do Rio de Janeiro a Academia dos Felizes, associação protegida por aquele nobre português, quando, então, por esse ano, apareceu a primeira tipografia no Brasil. Era o Conde um protetor desinteressado das letras, que se transformava dentro da

história nacional, no pai dos jovens de talento. Foi desse pequeno movimento literário que congregava naquele cenáculo apenas trinta acadêmicos, que nasceu a idéia do lançamento da primeira tipografia no Brasil, ponto de partida para a evolução que se processaria lentamente, de nossa imprensa.

Travaram-se, então, lutas partidárias entre os governos da mãe-pátria e dos residentes no Brasil colônia, aqueles receiosos da influência para eles nefasta da imprensa na conquista de nossa liberdade e independência. Sabemos que foi o Conde de Linhares o único homem da Corte do Senhor D. João VI que vencendo idéias mesquinhas de outros fidalgos que, depois de estabelecida a imprensa régia criou uma Junta, recebendo cada membro duzentos e quarenta mil réis como ordenado, e, fazendo com que se lançasse o primeiro periódico na Corte do Brasil, em 10 de dezembro de 1808.

Esse jornal era impresso em um quarto de papel e se editava às quinta-feiras e sábados, publicando, unicamente, atos, decisões e ordens do governo, e principalmente trazendo a público notícias de aniversários de membros da família real, início naturalmente da crônica social de nossos dias além de alguns comentários sobre os acontecimentos principais da guerra que Napoleão movia a Portugal.

Como não havia liberdade de imprensa desde aqueles idos de 1808, recorreu-se, então, ao expediente de fazer aparecer publicações em países estrangeiros, e, daí, o fato de se ter fundado em Londres, naquele ano, "O Correio Brasileiro", do qual foi redator principal e orientador, todos o sabemos, o ilustre e erudito brasileiro, Hipólito José Soares Costa. Posteriormente, em 1811, apareceu, o "Investigador Português", outro jornal de valor.

Depois, então, tomamos conhecimento da imprensa de São Paulo quando, em 1817, a Corte Portuguesa cada vez mais temendo que a evolução da imprensa e principalmente seu uso favorecessem os pruridos de independência que já moravam em todos os gestos e atos dos brasileiros, proibiu a leitura do jornal de Hipólito da Costa e do "Investigador Português", que como outro jornal denominado "Campião", eram considerados "publicações perigosas e perversas".

O paulista não podia ler os jornais editados no estrangeiro, nem tinham o direito de receber livros que não trouxessem o beneplácito da "Corte". Os acontecimentos políticos, sociais, financeiros, religiosos eram reproduzidos nos serões familiares ou em conversas nos clubes recreativos, ou ainda, em estabelecimentos comerciais, nas farmácias, naturalmente e onde não faltaria a imprensa "falada" a cargo das eternas comadres de aldeia. Quanto aos fatos de maior relevância eram eles divulgados através de "Bandos", por um arauto que os anunciavam a toque de caixa pelas ruas das cidades, em seguida afixando esses editais à porta das igrejas, ou, então, nas Capitais, à porta das residências dos Governadores de Capitânias.

Ao governo, era impossível conter a língua do povo. Assim foi que em 1823 apareceu

na capital da Província um jornal bi-semanário com o título de "O Paulista" lançado por Antônio de Azevedo Marques e, como fosse manuscrito e não impresso, cada exemplar era assinado pelo seu redator responsável, com a firma reconhecida por tabelião público pois que, era ordem do governo "a Junta diretora da Tipografia Nacional não consinta jamais que se imprima escrito algum sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteúdo esteja assinado e se publique o impresso..."

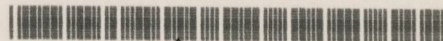
O primeiro pasquim que apareceu em Campinas, na antiga vila de São Carlos, surgiu no ano de 1822. Andou primeiramente, pelas mãos do padre Francisco Fernandes Novais que o cedeu a Francisco Alves de Souza e foi acusado de tê-lo escrito o cidadão Angelo Custódio Teixeira Nogueira ou Angelo Custódio Nogueira de Camargo, pertencente a uma das principais famílias da vila. Apreendido o jornaleco pelo padre que o encontrara debaixo da porta de sua residência, foi levado ao reverendo O. Berardo José da Silva que por sua vez o encaminhou ao Capitão mor João Francisco de Andrade, naqueles torvos dias de politicalha que infernizava Campinas e dividia seus cidadãos em campos opostos, no ano em que se proclamaria a nossa independência nacional.

Nesse pasquim, não se sabe por que motivo, alguns campaneiros aqui residentes eram chamados de "sapatões", naturalmente considerado epíteto indecoroso entre os políticos da época e voz comum, conforme rezava o ofício com que foi encaminhado o jornalzinho àquela mais alta autoridade carolina, era o de ter sido escrito o pasquim por Angelo Custódio para se vingar de seus inimigos. "Sapatões"! Um adejtivo que seria considerado vergonhoso, uma verrima política contra os senhores de partidos que começavam a se multiplicar, tal qual nos dias de hoje. Possível que sim, ainda mais em se levando em conta que eram os portugueses exaltados

conhecidos como pertencentes a uma outra grei, como "corcundas" como assim se denominavam àqueles que eram fiéis à coroa portuguesa e que se não conformavam com a generosidade do Senhor D. Pedro I.

Depois do aparecimento desse jornal — veneno, no ano de 1829 abria-se novo inquérito contra o Capitão de Ordenanças da Vila de São Carlos, a nossa Campinas teve esse nome substituído pelo de cidade em 5 de fevereiro de 1842, sendo a denúncia feita formulada pelo "Farol Paulistano", fôlha impressa na Capital paulista, cujo redator acusava uma autoridade local de certas arbitrariedades policiais. Nesta polêmica envolveram-se um senhor José Leonardo Pereira como Autor e Silverio Gurgel do Amaral Coutinho, que fôra escrivão do judicial em Campinas, que comia couve rasgada à moda de Carlos Gomes mas não levava desafôros para casa. Nessa denúncia, em libelo acusatório constante dos autos, dizia-se dentre outras coisas que "na manhã de 4 de abril de 1829 apareceu em casa do A., um pasquim com vários vocábulos escritos em desabono da pessoa do mesmo A em que até lhe irrogavam como atroz injúria fatos desagradáveis, cuja letra e talho em dita publicação tinham toda probabilidade de que tivessem sido feitos pelo Réu e, finalizando, no último item, afirmava-se que: "E que o réu é mau homem, mau cidadão, mau vizinho, turbulento, imoral e sem religião, ardiloso, encoberto, astuto, trapaceiro, malicioso, enganador e um prodígio, enfim, de maldades e crimes."

Essas duas foram as manifestações primitivas da imprensa em Campinas e até esse ano, portanto, a vila conhecera dois terríveis pasquins, ambos acusadores, aliás, a maneira mais fácil de combater inimigos, o que também acontecia na Corte do Senhor D. Pedro II, quando, então, o jornal manuscrito se tornou no tormento e pelourinho da dignidade alheia da sua hoara e do seu pundonor!



Figuras e gazetas de há mais ou menos meio século



Algumas das figuras que, há mais ou menos meio século, umas mais, outras menos, movimentaram por idealismo ou por vocação, o jornalismo no passado, nesta cidade fundada por Barreto Leme. Eram eles os homens que, nas colunas

das suas gazetas, retratavam a vida na sua comunidade e noticiavam os fatos e acontecimentos de então, por certo norteando já a trajetória da metrópole que despontava.